

**As vertentes históricas da participação no Brasil:
passado, presente e futuro**

Ana Carolina TRINDADE¹

GOHN, Maria da Glória. **Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013**. Petrópolis: Vozes, 2019. 294 p.

A obra intitulada *Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos de pós-junho de 2013*, publicada em 2019 pela Editora Vozes, reflete os cinquenta anos de estudos e debates sobre o tema da participação social e dos movimentos sociais sob a visão da autora Maria da Glória Gohn. Ao avançar sobre a temática, Gohn (2019) salienta a necessidade de uma análise ampla com foco em estudos e pesquisas a fim de subsidiar os acontecimentos participativos contemporâneos, tendo em vista que a temática possui diversos paradigmas teórico-metodológicos reunidos ao longo dos anos.

O livro contempla duas partes distribuídas em duzentas e noventa e quatro páginas: a primeira possui três capítulos que dissertam sobre a participação e a democracia através de um referencial teórico que dialoga com teorias clássicas, contemporâneas, relações entre participação e democracia brasileira nas últimas cinco décadas, bem como participação e protestos nas ruas do Brasil; e a segunda, com outros três capítulos, aborda-se a participação de jovens na política, o histórico sobre confronto de lutas, movimentos sociais e políticas em prol da educação e, por fim, o último capítulo delinea pontos específicos e marcantes de maio de 1968 até maio de 2018.

Primeiramente, ao retomar o aspecto histórico sobre a participação, Gohn (2019, p. 29) se baseia em autores ingleses do século XX e afirma que “a teoria de Cole² sobre participação assenta-se sobre pressupostos de Rousseau, ou seja, a vontade, e não a

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática da Unesp – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Bolsista processo nº 2018/17825-6, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: carolina.trindade@unesp.br

² George Douglas Howard (1889- 1959): economista e teórico do movimento cooperativo.

força, é a base da organização social e política”. Com isso, assegura-se que o indivíduo aprenderia sobre democracia através da participação e das associações locais.

O primeiro capítulo sistematiza o tema do *engajamento* em dez abordagens pelo fato de ser importante para a área científica brasileira e latino-americana já desenvolvidas. Assim, elencam-se as seguintes características explicadas detalhadamente no decorrer das páginas: a primeira apresenta a escolha e cálculo racional, objetivando mensurar custo e benefício que o indivíduo terá ao participar; a segunda privilegia a posição social dos indivíduos atuantes na sociedade, interessante ao sugerir estudos realizados na América Latina em 1960; a terceira trata da mobilização política institucional e retrata o caso do ativismo institucional brasileiro em instituições públicas; a quarta se refere a identidade coletiva enfatizando a inserção da cultura na ação social, como se nota nos Novos Movimentos Sociais; a quinta aborda a teoria crítica e reconhecimento de direitos ao considerar o aspecto moral do indivíduos engajados; a sexta delinea o engajamento militante em oposição à subordinação; a sétima apresenta aspectos da chamada corrente decolonial; a oitava se refere ao cyberativismo, enfatizando as novas percepções da participação nas redes e mídias sociais ao destacar os estudos conduzidos por Manuel Castells; a nona se refere as abordagens de gênero, a partir de grupo de mulheres em busca da igualdade de gênero; e a décima nomeada como autonomistas foca na horizontalidade das relações. Assim, a Gohn (2019, p. 64) relata que todas essas abordagens se mostram importantes para o processo de inclusão e reconhecimento de direitos sociais, entretanto, há lacunas em articulação das “teorias às especificidades locais” no Brasil.

Assim, a autora afirma a necessidade de realizar estudos aplicados à realidade brasileira sobre como tratar o tema da participação e do engajamento dos cidadãos contemporâneos. O capítulo dois cumpre o dever ao retomar aspectos históricos de 1960 até a década de 2010 no Brasil. Os ciclos de protestos são enfatizados através das décadas de 1960, 1970, 1980 e depois de 1988, que visam as diferentes vertentes da participação social e institucional brasileira. Junto a uma crítica fundamentada em estudos anteriores, a autora afirma que houve avanços democráticos e aberturas à participação cidadã, entretanto, alega-se que os movimentos sociais perderam a autonomia. O terceiro capítulo aborda, especificamente, o quinto ciclo de protestos da obra: de 2013 até 2018. Analisam-se os desdobramentos de movimentos internacionais que tiveram reflexo no Brasil, bem como a conceituação sobre coletivos e organizações

movimentalistas. As manifestações de ruas seguidas de hashtags surgem com a horizontalidade das relações sociais, e perante uma participação indireta praticada de forma online. Manifestações que demonstram ao país que a democracia não foi estabelecida na Carta Magna, mas “é um processo em permanente construção” (GOHN, 2019, p. 169).

Com um foco na juventude e educação, o tema a partir do quarto capítulo compreende a nova cultura política da participação. O foco na juventude ajuda o leitor a refletir sobre as formas de ação inseridas nas redes e mídias digitais: surge uma nova forma de comunicação transnacional operada pelos jovens a fim de provocar a mobilização da sociedade civil sem a interferência de estruturas institucionalizadas. Gohn (2019, p. 191) retoma “a importância de ampliar os estudos sobre as redes de mídias sociais e cultura digital para entendermos a cultura política e a nova cidadania dos jovens, assim como as possibilidades de uma democracia digital”.

O quinto capítulo traz a educação como eixo-chave, retoma historicamente as lutas no campo educacional, as ocupações de escolas, e o atual cenário com os respectivos desafios como, por exemplo, o propósito do novo governo federal que prioriza um “modelo educativo baseado em parâmetros cívico-militar de ensino” (GOHN, 2019, p. 227).

Por último, o capítulo final compreende a história dos cinquenta anos de lutas sociais no Brasil e traça um panorama entre maio de 1968 e maio de 2018. Diante de realidades distintas, destaca-se o legado das ações sociais ocorridas na França em 1968 com a juventude se opondo às formas conservadoras de controle, e o movimento de 68 no Brasil com manifestações de estudantes contra o regime militar vigente no país. Ambas as situações, também evidentes em outros lugares do mundo, compuseram um período histórico de luta social em combate com o conservadorismo existente na época.

As considerações finais *Para onde segue a democracia no Brasil?* reúne as ideias principais da obra a fim de demonstrar e afirmar que houve alterações de atores/sujeitos sociopolíticos, repertório, correntes político-ideológicas e cultura política durante essas últimas décadas, sobretudo, pela inserção de recursos tecnológicos. “Registramos neste livro o crescimento ou emergência, pós-2013, de novos formatos de associativismos coletivos” (GOHN, 2019, p. 252). Retoma-se, também, as dificuldades enfrentadas pela questão da democracia, a qual é salientada de forma que a diminuição da confiança nesse regime pode se tornar uma ameaça. Com isso, um ponto de destaque

se refere a necessidade da opinião pública ir além das mídias tradicionais e dos disseminadores de Fake News.

Em tempos onde se discute questões relacionadas aos novíssimos movimentos, a rua, o tensionamento da democracia, assim como a ação coletiva após junho de 2013, a autora escreve de maneira fluída e dinâmica. Tais aspectos se tornam convites acessíveis aos estudantes e interessados em pesquisas científicas relacionadas às ciências sociais e comunicação.

A partir do exposto, interessa-se demonstrar que o livro se torna importante por retomar estudos e reflexões realizadas pela autora, e atualiza enfoques que ainda não tinham sido retratados. Sucintamente, as análises da obra visam contribuir com o futuro social ao recordar trajetórias e experiências passadas para que, assim, possam ocorrer rumos diferentes dos que já foram experimentados na contemporaneidade.